



A BATALHA DOS PODERES:

RELAÇÕES ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO EM MINAS GERAIS EM QUATRO ANOS DE MANDATO (2019 – 2023)

A Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp analisa, nesta edição de *Contextus*, os principais atos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante os últimos quatro anos. Essa legislatura está a poucos meses de seu encerramento, mas já se podem reconhecer, nesse período, as marcas de uma relação significativamente distinta entre o Legislativo e o Executivo no estado.

Tal diferença, contudo, não diz respeito a uma mudança substantiva, mas sim a elementos conjunturais que puseram os dois Poderes em lados opostos durante boa parte do tempo. Como será demonstrado ao longo desta reflexão, o modo como se estabeleceu essa relação pode ser visto como um exemplar (apenas um pouco diverso, talvez)

daquela forma de acordo político pela qual governos são loteados, por coalizão, dentro do Legislativo.

Isso precisa ser explicado com uma perspectiva histórica. Mandatos anteriores foram marcados por certa concertação entre os dois Poderes. Há muitos anos a relação entre a Assembleia e o Executivo em Minas Gerais era, predominantemente, pacífica, porque todos os governos detinham ampla base de apoio e boa capacidade de negociação que lhes permitiam fazer aprovar seus projetos. Geralmente, isso se dava pelo loteamento de secretarias e de outros cargos, permitindo a participação de partidos e seus líderes na condução da máquina governamental e das políticas públicas.

No início de seu mandato, o governo Zema dizia recusar-se a estabelecer as negociações necessárias para que se formasse sua base de sustentação na Assembleia. Para o governo e seu partido, isso era uma questão de princípio: negociar com os demais partidos parecia fazer concessões àquilo que tantas vezes o

governador e seu entorno designavam como “velha política”.

Na prática, porém, isso durou pouco e o governo teve de ceder. A própria presença do PSDB como o partido mais atuante (ou, pelo menos, mais efetivo) em sua base aliada demonstra que o princípio teve de ser flexibilizado para viabilizar a sobrevivência política do próprio governo, como já se demonstrou em outra análise publicada pelo Nesp. Seja como for, do ponto de vista das composições políticas, estes últimos quatro anos foram notavelmente conturbados e os conflitos com o Poder Legislativo foram intensos e constantes.

Tal resistência (inicial) do governo a encampar as negociações com os deputados só pode ser entendida dentro do contexto das eleições de 2018 e da subsequente instalação dos governos eleitos. Aquele foi – pelo menos até o presente momento – o auge na ascensão do extremismo de direita, que fez da antipolítica a sua principal bandeira. Esse segmento político conseguiu capitalizar o clima de insatisfação popular com a política tradicional, que vinha sendo alimentado por intensa detração dos partidos e de seus representantes feita pela mídia na esteira do lavajatismo. Os acontecimentos de 2018 ainda estavam fortemente ligados à instabilidade vivida durante a após as manifestações massivas de 2013 e de 2014.

O fato é que, sem ter constituído um apoio sólido e eficaz dentro do Legislativo, o governo Zema não teve vida fácil nestes últimos quatro anos. Recebeu as contas públicas do estado à beira da falência, com salários do funcionalismo sendo pagos de forma parcelada; os repasses aos municípios estavam atrasados; e a

capacidade de investimento era praticamente inexistente. Houve também a pandemia, que criou sérios obstáculos ao crescimento econômico e, por essa mesma razão, gerou dificuldades na arrecadação de impostos.

É fato também que esse governo se beneficiou com decisões judiciais que suspenderam o pagamento de parcelas da dívida do estado com a União, criando uma possibilidade para reequilibrar, ainda que artificialmente, as contas públicas. O problema foi apenas adiado, mas deu condições ao governo para acertar alguns de seus compromissos. Alguns analistas consideram que até mesmo as medidas tomadas pelo governo federal para remediar a perda de arrecadação nos estados durante a pandemia acabaram por criar certo ambiente favorável ao reequilíbrio das contas públicas aqui em Minas.

Houve também o acordo bilionário com a Vale, mineradora responsável pela ruptura da barragem em Brumadinho. Esse dinheiro extraordinário – obtido à custa da vida de centenas de pessoas e à destruição da economia na esteira da mina colapsada – possibilitou algum investimento, por exemplo, a projeção do rodoanel, uma obra que possui grande apelo simbólico e eleitoral para os mineiros.

Essa obra é cercada de controvérsias por seu impacto ambiental e também por sua escassa (ou até inexistente) relação com a região efetivamente afetada pela destruição causada pela Vale, como destacam alguns de seus críticos. As prefeituras de Betim e de Contagem têm chamado a atenção para o dano ambiental e para o desrespeito aos direitos de povos tradicionais e da

população das áreas afetadas pela construção da nova rodovia.

Esse não é o único exemplo de situações em que o governo fez escolhas em que foram preteridas as questões locais ou os interesses das pessoas afetadas pela decisão. Fiel à ideologia de seu partido (o Novo), o governo Zema procurou fazer frente à crise das contas públicas por meio de medidas frequentemente vistas como impopulares. A ideia de redução do papel do Estado se concretizou em cortes de serviços que foram apontados na imprensa e largamente criticados por movimentos sociais como “desmonte de políticas públicas”. Os críticos da concepção de governo adotada por Zema seguem dizendo que as contas públicas (pelo menos provisoriamente) podem parecer equilibradas, mas ao custo da supressão de serviços relevantes, antes prestados à sociedade.

Nas seções seguintes deste *Contextus*, são expostas algumas das circunstâncias destes quatro anos, com o intuito de trazer à memória, principalmente, o papel desempenhado pela Assembleia Legislativa, em face da conjuntura do Estado.

O Legislativo desempenhou um papel decisivo, na imposição de certas restrições que, até agora, foram capazes de impedir, por exemplo, a venda de empresas públicas que têm alto apreço no imaginário dos cidadãos mineiros, como a Copasa ou a Cemig. Parece digno de nota, porém, que tal afirmação não implica ignorar os limites presentes na composição e na atuação dos deputados estaduais. É precisamente essa contradição que se deseja explorar nas seções seguintes desta análise.

INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DE GOVERNO EM FACE DA CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em abril de 2022, 1,3 milhão de famílias mineiras estavam na extrema pobreza. No começo da atual legislatura da Assembleia, em fevereiro de 2019, eram 901,4 mil famílias nessa condição. O aumento de famílias miseráveis foi de 51%, aproximadamente. Isso significa que, em menos de quatro anos, 459,7 mil famílias se tornaram extremamente pobres no estado. Esses dados foram apurados pela Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp com base nos números do Ministério da Cidadania.

Informações da Fundação João Pinheiro de setembro de 2021 mostram melhora do mercado de trabalho nos últimos tempos. Porém, os rendimentos médios caíram em Minas. Comparando o primeiro trimestre de 2020 e 2021, trabalhadores dos setores público e privado, com carteira assinada, tiveram quedas salariais de, respectivamente, 7,8% e 6%. Ambas as categorias compõem significativa parcela da classe média.

O Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro, elaborado pela Fundação João Pinheiro, mostra que em Minas Gerais “a renda do trabalho apresentou declínio praticamente para todos os grupos etários”. Destaca-se, contudo, a grande instabilidade de renda que afeta, sobretudo, os mais jovens.

Números da Junta Comercial de Minas Gerais, órgão do governo mineiro responsável pela regulação das empresas no

estado, mostram que, de 2019 até o momento, foram abertas 222,9 mil empresas no estado. Todavia, foram extintas 147,5 mil. O saldo efetivo de novas empresas, portanto, é de 75,5 mil. O número preocupa porque a maior fonte de renda da população se origina do trabalho em empresas privadas.

O cenário econômico ruim impacta as contas públicas. Desde 2015, o governo estadual está em déficit, ou seja, as despesas estão superando as receitas.

Um problema das contas públicas estaduais é o alto dispêndio com a manutenção do próprio governo. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa com funcionários dos três poderes, ativos e inativos, não pode exceder 60% da receita corrente líquida, que é, basicamente, o valor arrecadado em impostos, descontadas as transferências de recursos feitas pelo Executivo a municípios.

Em 2021, o dispêndio com pessoal chegou a 58,4% da receita corrente líquida. O Estado, portanto, está muito próximo de atingir o limite. Esse número foi calculado com base em relatórios da Secretaria de Fazenda de Minas.

Entre 2019 e 2021, as receitas correntes somaram R\$ 278,9 bilhões. Desse valor, somente 5%, aproximadamente, destinaram-se a investimentos, ou seja, aos gastos que contribuem para o desenvolvimento econômico bem como para o aumento da arrecadação. Esses números sugerem que, mesmo com a economia de Minas precisando de fortes impulsos, a promoção de estímulos operada pelo governo pode ter sido relativamente tímida.

Ainda no âmbito financeiro, a dívida pública estadual é mais um motivo de preocupação. Em janeiro de 2020, segundo a Secretaria de Fazenda, a dívida pública mineira era de R\$ 124 bilhões. Desde então, ela cresceu 22% aproximadamente, atingindo R\$ 155,4 bilhões.

AS AÇÕES DA ASSEMBLEIA PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

A responsabilidade direta pela gestão da crise econômica por que passa o Estado de Minas Gerais é, em primeiro plano, do Poder Executivo. Ao Legislativo cabe, de maneira direta, a aprovação do orçamento estadual e, em circunstâncias específicas, contribuir com a aprovação de medidas que viabilizem um melhor equilíbrio das contas. Havendo sintonia política entre ambos os poderes, essa relação tende a acontecer de forma mais eficaz. No entanto, estes quatro anos que se completam no próximo mês de janeiro foram marcados por uma profunda e constante tensão entre o governo Zema e o Legislativo estadual.

Recentemente, a Assembleia promoveu, em veículos de comunicação, propagandas enaltecendo os R\$ 600 concedidos, em parcela única, a pouco mais de um milhão de famílias vulneráveis. Chamado de “Força Família”, o benefício teve a intenção de combater a extrema pobreza, que cresceu durante a pandemia. Esse feito tem sido considerado, às vezes, como o maior da Assembleia Legislativa nesta legislatura em termos de impacto e visibilidade. No entanto, como indicam os números apresentados na seção anterior, a medida não conseguiu estancar a miséria. Chama a

atenção o fato de que os gastos com essa e outras campanhas publicitárias da Assembleia somaram, em 2021, R\$ 37,5 milhões, valor superior, por exemplo, às transferências do Parlamento às políticas de desenvolvimento econômico e aos investimentos em pesquisa científica.

Não há registros de que a Assembleia tenha cobrado do Executivo explicações sobre o uso dos recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, sobretudo nos últimos tempos em que a pobreza não parou de crescer. Em 2020 e 2021 esse fundo arrecadou cerca de R\$ 1,5 bilhão, segundo informações disponíveis no Portal da Transparência. Todavia, os valores destinados ao Força Família não alcançaram R\$ 620 milhões.

Uma discussão que dominou a Assembleia Legislativa, protagonizada especialmente pelo presidente da Casa, Agostinho Patrus (PSD), foram as compensações devidas a Minas Gerais em razão da Lei Kandir. Essa lei complementar, de 1996, foi originária de um projeto do ex-deputado federal de São Paulo, Antônio Kandir (PSDB). A norma baniu o imposto sobre a exportação de produtos primários e semielaborados. Grande prejuízo decorreu dessa lei aos cofres públicos de Minas. O estado é um grande exportador de tais matérias (com grande destaque para o minério de ferro). Em vista disso, o governo federal havia prometido recompensar os cofres estaduais pela perda. Até 2020, porém, não haviam chegado tais compensações. Há cálculos que inferem que as recompensas relativas ao período de 1996 a 2018 podem somar até R\$ 135 bilhões.

No começo de 2019, o Parlamento estadual realizou diversas reuniões para debater as

compensações e o banimento da Lei Kandir. Na época ainda cogitou-se uma maneira de o estado estancar sua dívida, cujo maior credor é o governo federal. Isso ocorreria pelo abatimento do valor das compensações na dívida de Minas com a União.

O pleito, todavia, acabou perdendo espaço na Assembleia. E, em 2020, o governador Zema (Novo) assinou com o governo federal um acordo de compensação de R\$ 8,7 bilhões, a ser recebido até 2037.

Vale ressaltar que a lei continua em vigor e as contrapartidas futuras não foram abordadas na negociação com a União.



OS PROJETOS DE LEI APROVADOS NA ASSEMBLEIA NA ATUAL LEGISLATURA

A Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos fez um levantamento de projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de emenda à Constituição aprovados pela Assembleia no Plenário, em primeiro e segundo turnos. O levantamento foi realizado no Portal da Assembleia Legislativa e abarca as proposições apresentadas nesta legislatura, abrangendo os anos de 2019 a 2022. No ano corrente, consideraram-se as votações realizadas até o mês de junho.

Os 667 projetos de lei aprovados em plenário foram divididos em 24 categorias. Do total, 418 (cerca de 62% das matérias) tratam de declaração de utilidade pública, organização do Estado e doação de imóveis.

Projetos de declaração de utilidade pública intitulam os serviços ou bens ofertados por pessoas jurídicas privadas ou públicas como úteis para toda a população. Projetos de organização são aqueles que reestruturam o governo, por exemplo, a quantidade de

cargos em determinado setor. Entre os projetos de organização de destaque está a reforma administrativa proposta pelo governo Zema, que reduziu de 21 para 12 a quantidade de secretarias. Matérias de doação são as transferências de imóveis do Estado para municípios.

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos 667 projetos de lei, agrupados segundo categorias que permitem mostrar os temas mais representativos da ação parlamentar nesses quatro anos.

Do total dos projetos apresentados e que compõem o gráfico anterior, 624 projetos foram transformados efetivamente em leis. Dessas normas, 51,3% referem-se a declarações de utilidade pública. Lei tratando de doação de imóveis são 8,2%. As leis relativas à economia e ao orçamento somam 5,9%.

O projeto de cunho orçamentário de maior visibilidade na atual legislatura foi o reajuste concedido pelo governador Zema aos servidores da segurança pública. O mandatário enviou à Assembleia um projeto de lei para elevar em 37% o salário dessa

categoria. Desde quando Zema anunciou a promessa, em 2019, havia grande dúvida sobre seu cumprimento, em razão da calamitosa situação das contas públicas. Já em 2022, o governador fez uma nova promessa, na qual o reajuste seria reduzido para 10,06%. A Assembleia, porém, elevou esse percentual para 14%, sem indicação de qual seria a fonte de recurso para cobrir tal aumento de despesas. Esse conflito só chegou a um desfecho com uma decisão do Poder Judiciário, que fez valerem os termos negociados pelo governo Zema.

Os parlamentares elaboraram 37 leis referentes à economia. As de maior relevo tratam de isenções de impostos, refinanciamento de dívidas, bem como de auxílios financeiros para determinadas categorias e setores.

Leis tratando de isenções e refinanciamento de dívidas buscaram ajudar, principalmente, pequenos e médios empresários que perderam receitas em decorrência da pandemia. Mesmo assim, as normas não foram suficientes para atenuar o número de empresas que fecharam nos últimos tempos, conforme informações da Junta Comercial mencionadas acima.

Outro projeto de destaque na categoria economia, e que se tornou lei, é o que obriga a Secretaria de Fazenda estadual a informar à Assembleia periodicamente as renúncias fiscais. Renúncias de impostos ocorrem quando o governo abre mão de arrecadar parte dos tributos em benefício de um setor produtivo.

Em Minas, como em geral no Brasil, não chega ao conhecimento público quem são os beneficiados e tampouco as justificativas para beneficiá-los. Para este ano, o governo

mineiro deverá abrir mão de R\$ 10,1 bilhão, segundo estimativas da Secretaria de Fazenda. Vale sublinhar que as informações prestadas pelo governo estadual sobre as renúncias são pouco transparentes. Não é amplamente divulgado, por exemplo, o valor das renúncias para cada ente beneficiado.

Quanto aos demais projetos, de forma resumida, destaca-se que os 16 projetos de lei complementar aprovados se referem à organização do Estado ou ao orçamento. Já a maior quantidade de PECs está nas categorias orçamentária e organização. Entre todas elas, a de maior relevo foi a reforma previdenciária mineira, cujo objetivo foi reduzir o déficit da previdência estadual, apesar da resistência de parte dos servidores.

O DESTINO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Desde 2019 a execução das emendas parlamentares passou a ser obrigatória. Emendas parlamentares referem-se às indicações feitas pelos deputados que direcionam a forma como o governo deve aplicar o orçamento do Estado. Até 2018, o poder Executivo não era obrigado a cumpri-las e, ao fazê-lo, podia priorizar as demandas dos deputados aliados.

Existem quatro tipos de emendas. Uma parte é composta pelas emendas que cada deputado sugere. Há ainda as emendas sugeridas pelos blocos parlamentares. Também as comissões podem propor emendas bem como as bancadas de cada partido. Emendas individuais de cada

deputado e as emendas propostas por blocos sobressaem.

A Assessoria de Monitoramento analisou a distribuição das emendas nesta legislatura, abrangendo apenas 2020 e 2021. O orçamento de cada exercício é elaborado no ano anterior. Portanto, em 2019, as emendas executadas eram ainda referentes à legislatura passada. Neste ano de 2022, as emendas ainda estão em execução e não há números que permitam uma leitura comparativa. Por isso, excluíram-se os anos de 2019 e de 2022 da análise que aqui se faz, baseada em informações do governo de Minas e do Tribunal de Contas do Estado.

Em 2020, foram 5.987 emendas sugeridas pelos blocos e pelos deputados individualmente. No ano seguinte, foram 6.686. O valor delas pago (ou executado, no dizer legislativo) até o momento, foi de R\$ 1,2 bilhão. Os valores totais empenhados para as emendas nesses dois anos somam R\$ 1,3 bilhão. Portanto, 93% da quantia empenhada foi executada.

Em 2020 foram 103 categorias de emendas, conforme classificação do Tribunal de Contas. Em 2021, foram 87. As categorias de emendas mais beneficiadas em 2020 são, nesta ordem, atenção à saúde primária, transferências especiais e regulação do acesso.

As emendas para a saúde sobressaem, porque a Constituição de Minas determina que metade de todas as emendas deve se destinar a essa área. A categoria “transferências especiais” se refere ao dinheiro destinado diretamente aos cofres das prefeituras. Nessa modalidade foram pagos R\$ 76,4 milhões em 2020. Para “regulação de acesso”, tipo de emenda para

garantir acesso a leitos cirúrgicos entre outras questões relativas à saúde nos municípios, o total foi de R\$ 43,8 milhões.

Em 2021, as categorias mais agraciadas, respectivamente foram: transferências especiais, atenção à saúde primária e política de atenção hospitalar. Cada uma, nesta ordem, teve R\$ 246,2 milhões, R\$ 179,7 milhões e R\$ 51,6 milhões.

Em 2020, as três categorias seguintes tiveram juntas R\$ 13,4 mil, o que compreende os menores valores: ciência em movimento, prevenção de desastres e segurança em delegacias rurais. Em 2021, segurança alimentar, projetos de inclusão socioprodutivas e segurança em delegacias rurais foram as categorias que tiveram os menores valores. Juntas elas tiveram R\$ 31,7 mil.

Vê-se por esses dados que, nesta legislatura, o foco da Assembleia no quesito emendas são os municípios. Isso cria dificuldades para medir a efetividade de tais gastos, uma vez que cabe aos prefeitos informar o destino dos recursos.

Verificam-se poucos recursos para categorias que abrangem o desenvolvimento econômico. Por exemplo, a categoria apoio ao desenvolvimento econômico do Norte e Nordeste de Minas não teve nenhum investimento em 2020. No ano seguinte, foram canalizados para essa modalidade de emenda R\$ 226,1 mil. Isso equivale a menos de 0,1% dos R\$ 747,2 milhões pagos em emendas em 2021.

As figuras abaixo mostram as categorias de emendas mais agraciadas com recursos. Também mostram as áreas que não receberam nada. Os valores das figuras se

referem às quantias pagas e não empenhadas.

EMENDAS PARLAMENTARES 2020

Sem verbas

1.	ACESSO AO TRABALHO E À RENDA	2.	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3.	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORTE E NORDESTE	4.	ATIVIDADES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
5.	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO	6.	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OPERACIONAL DA PMMG
7.	ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	8.	PREVENÇÃO E PROTEÇÃO ESCOLAR - PROERD
9.	ENSINO MÉDIO DOS COLÉGIOS TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR	10.	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS
11.	PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	12.	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	14.	PROMOÇÃO DO ACESSO À INFRAESTRUTURA BÁSICA DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS
15.	SAÚDE DO SERVIDOR	16.	SUORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA
17.	MANEJO ÉTICO-POPULACIONAL DE CÃES E GATOS		

Maiores verbas

1.	ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)	R\$142.047.376
2.	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS	R\$76.416.364
3.	REGULAÇÃO DO ACESSO	R\$43.849.000
4.	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$33.672.296
5.	ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	R\$29.569.497
6.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	R\$26.216.939
7.	FOMENTO À INFRAESTRUTURA PÚBLICA MUNICIPAL	R\$20.028.408
8.	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR - VALOR EM SAÚDE	R\$19.798.180
9.	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	R\$15.318.973
10.	APOIO E FORTALECIMENTO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$14.198.076
11.	MÃOS À OBRA - ENSINO FUNDAMENTAL	R\$10.431.251
12.	APOIO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES ESPORTIVAS	R\$10.114.363
13.	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS	R\$7.736.377
14.	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	R\$7.448.090

Fonte: <https://www.emendas.mg.gov.br/execucao-de-emendas-2020/>



EMENDAS PARLAMENTARES 2021

Sem verbas

1.	ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	2.	ATENÇÃO À SAÚDE MÉDICA HOSPITALAR NA CAPITAL
3.	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO	4.	GESTÃO AMBIENTAL
5.	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	6.	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
7.	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	8.	PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE
9.	REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS	10.	INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA
11.	ATIVIDADE DE ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA		

Maiores verbas

1.	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS	R\$ 246.250.150
2.	ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)	R\$ 179.763.662
3.	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR - VALOR EM SAÚDE	R\$ 51.659.823
4.	ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	R\$ 46.141.058
5.	MÃOS À OBRA - ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 40.537.756
6.	REGULAÇÃO DO ACESSO	R\$ 31.865.000
7.	APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	R\$ 23.541.967
8.	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR - HOSPITAIS PLATAFORMA	R\$ 22.641.147
9.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	R\$ 13.326.959
10.	APOIO E FORTALECIMENTO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 13.288.979
11.	SEGURANÇA RURAL	R\$ 8.185.944
12.	MÃOS À OBRA - ENSINO MÉDIO	R\$ 7.663.711
13.	APOIO E ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS	R\$ 7.046.208
14.	APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA	R\$ 6.950.450
15.	APOIO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES ESPORTIVAS	R\$ 5.535.044

Fonte: <https://www.emendas.mg.gov.br/execucao-de-emendas-2021/>



A ATUAÇÃO DA ASSEMBLEIA NA FISCALIZAÇÃO

A Assembleia se destacou também na atual legislatura pela sua atuação fiscalizadora. Em 2019, após o estouro da barragem da Vale em Brumadinho, que matou cerca de 270 pessoas, a Assembleia abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o ocorrido. As investigações foram importantes não apenas por desvendar as causas do desabamento da estrutura, mas porque descortinou falhas na fiscalização da mineração.

Após seis meses de trabalhos, a CPI concluiu que a tragédia em Brumadinho foi um “crime”, haja vista a mineradora Vale saber dos riscos inerentes à continuidade das atividades na barragem rompida. O relatório final da comissão registra que a Vale utilizou um atestado de estabilidade de barragem emitido por uma empresa alemã, a qual não utilizou métodos adequados de aferição da estabilidade.

A legislação atual permite que as próprias mineradoras contratem outras empresas para atestar a estabilidade de uma barragem. Nessa relação, a mineradora pode pressionar a contratada a lhe dar um atestado de estabilidade. Além disso, a CPI solicitou à Agência Nacional de Mineração a contratação de mais profissionais; a escassez deles acarreta insuficiência e até a inexistência de fiscalização.

No início deste ano, a Assembleia finalizou a CPI da Cemig. A comissão desvendou uma série de ilegalidades ocorridas na estatal mineira. A CPI concluiu que há fortes indícios de que o governo estadual

estaria impondo medidas para dilapidar a Cemig, com vistas a vendê-la, segundo o relatório de conclusão dos trabalhos da CPI.

Nos últimos tempos, a Cemig foi palco de condutas suspeitas. Por exemplo, em 2019, a Cemig vendeu por apenas R\$ 1 suas ações na Renova Energia, empresa de energia fluminense em que tinha participações. Na época da compra dos títulos, em 2011, eles custaram R\$ 400 milhões. O próprio presidente da estatal foi denunciado por peculato.

O Parlamento ainda promoveu o Assembleia Fiscaliza, momento em que a cada seis meses os secretários de governos prestam contas aos deputados. É o espaço para os parlamentares fiscalizarem e cobrarem do Executivo. Ao final de cada semestre os chefes das secretarias devem enviar para os deputados um relatório sobre as atividades das pastas naquele período. Esta medida foi criada logo no início do governo Zema e, desde o início, foi objeto de discussão em uma edição especial do Contextus sobre os primeiros cem dias de governo.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 30 - CEP: 30.535-901 - Belo Horizonte - MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Equipe da Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Kelly Cristine Meira
Marcelo Gomes

Redatores

Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Marcelo Gomes

Capa e infográficos

Ana Camila Moreira
Kelly Cristine Meira